



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

twitter.com/SistemaCNA
facebook.com/SistemaCNA
instagram.com/SistemaCNA

www.cnabrasil.org.br
www.canaldoprodutor.tv.br

Comunicado Técnico

Edição 1 - Dezembro de 2016

Encontro Nacional de Comércio Exterior 2016 (ENAEX 2016)

Encontro Nacional de Comércio Exterior 2016 (ENAEX 2016)

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participou da 35ª edição do Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEX 2016), realizado no Rio de Janeiro nos dias 23 e 24 de novembro. Organizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o evento elegeu o tema exportação como instrumento indutor do crescimento econômico. Na ocasião, reuniram-se representantes do governo, setor privado e profissionais atuantes no comércio exterior.

A importância do agronegócio para a economia brasileira foi ressaltada durante a cerimônia de abertura do evento. Antonio Mello Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), lembrou que o setor representa 21% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e quase metade do total exportado pelo Brasil. José Augusto de Castro, presidente da AEB, enfatizou que o agronegócio é o segmento que permite que a balança comercial permaneça superavitária. Castro advertiu, ainda, que a competitividade brasileira não deve depender apenas da taxa de câmbio. Outras medidas, como as reformas tributária, trabalhista e previdenciária precisam ser adotadas para que o câmbio não seja fator primordial de intensificação das exportações do país.

O mundo enfrenta momento de transição complexo, que pode afetar o comércio internacional. A nova conjuntura internacional, a eleição de Donald Trump para presidente da maior economia do mundo, bem como o crescimento mundial mais lento, as mudanças na economia chinesa e as reformas fiscais foram citados como desafios para um Brasil que deseja aumentar suas exportações e crescer.

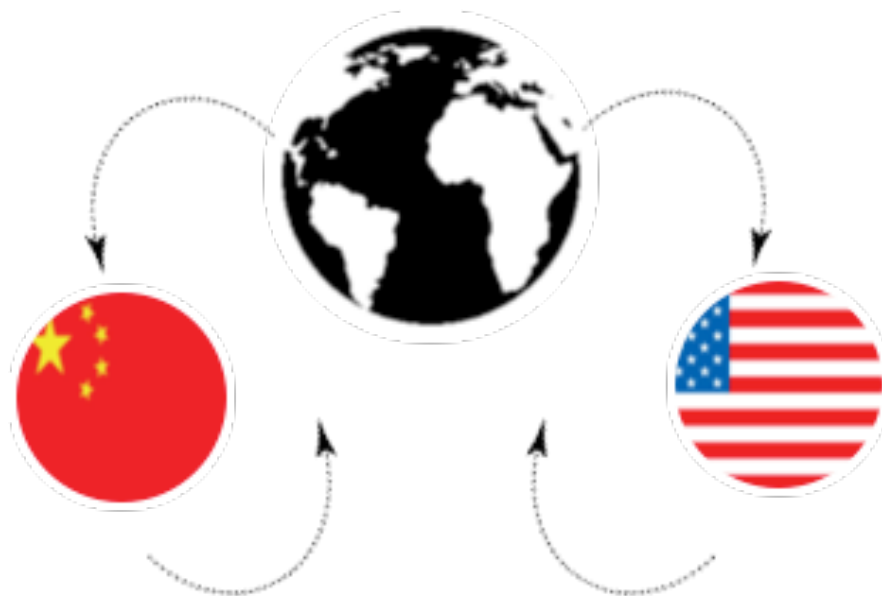
Além da desaceleração do crescimento econômico mundial, é possível observar o aumento de tendências protecionistas

que se opõem ao processo de globalização. Em um dos painéis, Thomaz Zanotto, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (DEREX/FIESP) e da AEB, afirmou que existem outras mudanças que também podem impactar o comércio mundial, como tecnologias disruptivas (inovações tecnológicas em produtos e serviços que transformam o mercado, como o Uber, Airbnb, Netflix) e o processo de reshoring (retorno das fábricas de países da Ásia para mais próximo dos consumidores finais). Para o diretor, esses são temas sobre os quais há poucas certezas e muito a ser discutido.

Outra questão amplamente debatida foi o papel dos Estados Unidos da América e da República Popular da China na reorganização da ordem mundial. Durante o painel "Estados Unidos e China: mercados especiais, atenção prioritária", foram apresentados os perfis de cada país e as peculiaridades da relação do Brasil com as duas potências.

O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Sergio Amaral, destacou que o país atualmente encontra-se mais próximo da China do que dos EUA. Além disso, segundo o embaixador, Brasil e China têm o interesse comum de aumentar sua influência no cenário internacional. Já em relação aos Estados Unidos, a retomada do crescimento americano deve gerar boas oportunidades ao Brasil.

As profundas reformas econômicas na China podem impactar não só o Brasil, como também a economia internacional. O embaixador do Brasil na China, Marcos Caramuru, destacou os inúmeros desafios que o país asiático enfrenta atualmente. Com a crise de 2008, tem ocorrido desaceleração do crescimento da potência asiática, quando comparada aos anos anteriores. Há questões internas e desafiadoras que o país precisa resolver, como modernizar as empresas estatais e sua relação com o setor financeiro e buscar uma política monetária menos focada em questões cambiais.



Elaboração: SRI/CNA

Além destes fatores, há uma nova variável nessa equação: Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. Na avaliação de Sergio Amaral, a vitória do empresário está diretamente ligada à expansão das tendências protecionistas que ganha adeptos no mundo. Sua vitória estaria relacionada ao congelamento dos salários da classe média nos EUA, a rejeição de produtos importados – preferência pelo movimento de reshoring para minimizar as ameaças à indústria e emprego dos norte-americanos – e a rejeição aos trabalhadores imigrantes.

Neste cenário, responder a pergunta, quem é Donald Trump como chefe de Estado torna-se fundamental. Para o embaixador, o novo presidente não será apenas o personagem apresentado durante a campanha presidencial ou mais um político republicano, mas sim uma mistura dos dois. Por fim, o embaixador destacou que, inicialmente, o impacto “Trump” será pequeno para o Brasil. Além disso, a decisão de não ratificar a Parceria Transpacífico pode ser positiva para o Brasil. É o momento ideal para fortalecimento e maior pro atividade do país em sua atuação internacional, bem como para sua inserção no novo contexto de negociações para além do âmbito multilateral.

Ao Brasil cabe o desafio de entender este novo cenário e estabelecer uma estratégia de inserção internacional coerente e duradoura, que aproveite as oportunidades no curto prazo, e se mantenha efetiva no longo prazo. O comércio exterior não deve ser apenas uma alavanca para impulsionar o mercado interno, e sim parte de uma política de Estado para viabilizar resultados positivos na balança comercial no futuro e dar voz na definição de regras para o comércio global.

Se o cenário internacional atual se apresenta como um desafio para o crescimento das exportações brasileiras, as demandas por um mundo mais sustentável se apresentam como oportunidade. Pela primeira vez, o tema foi abordado no ENAEX. O presidente da AEB ressaltou que a sustentabilidade pode se tornar a próxima barreira não tarifária se o setor de comércio exterior não se preparar para novas práticas.

Durante o painel “Sustentabilidade: imprescindível para exportar e crescer”, os palestrantes Elizabeth Carvalhaes, presidente da Indústria Brasileira de Árvores

(Ibá), Sérgio Besserman, presidente do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Luan Santos, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), demonstraram que o Brasil pode se beneficiar de uma economia global de baixo carbono. Tecnologias sustentáveis podem ampliar a competitividade do país, seja no setor florestal, seja como respostas às mudanças globais.

Discutindo o papel do setor florestal, a presidente da Ibá mostrou que o Brasil está bem posicionado para comercializar materiais sustentáveis ligados a esse segmento. Ela apontou, por exemplo, que o país possui a melhor genética arbórea do mundo, com eucaliptos e pinus que absorvem mais carbono da atmosfera. Por essa razão, o Brasil possui a maior taxa de sequestro de carbono em florestas plantadas do mundo.

Essa realidade impacta o planeta de duas formas. Se, por um lado, a redução das taxas de carbono na atmosfera é benéfica para todos, por outro, a exportação da maior parte da produção brasileira de produtos florestais significa que parcela considerável do papel e da celulose utilizados no mundo tem produção sustentável. O uso destas práticas apoia as exportações florestais do país, beneficiando o produtor brasileiro, o consumidor estrangeiro e a população global.

Nesse sentido, as vendas brasileiras ao mercado mundial tendem a crescer. A China, por exemplo, ainda consome poucos papéis do tipo tissue, como fraldas e guardanapos, e atribui cada vez maior destaque à sustentabilidade dos materiais que compra do exterior. O crescimento da demanda por papéis sustentáveis naquele país tende a ampliar a exportação brasileira, e, por isso, mesmo em período de crise, as empresas do setor inauguram fábricas de papel e celulose no Brasil.

Já no tocante à economia global como um todo, o economista Sérgio Besserman afirmou que o mundo vive uma revolução histórica. Em meio a terceira grande crise do capitalismo, a humanidade passa a perceber que “não existe almoço grátis” em matéria ambiental. Para ele, os limites do planeta apresentaram-se ultrapassados em alguns casos. Por isso, práticas de sustentabilidade são importantes não apenas para atender a um padrão de consumo, mas prin-

cipalmente por razões estruturais.

Segundo Besserman, a crise econômica da atualidade pode durar até duas décadas e seu fim depende de investimento em novas tecnologias – que precisarão levar em conta o esgotamento do planeta. A médio prazo, o custo ecológico passará a ser incluído nos preços, o que incentivará a busca por novas tecnologias. Neste sentido, a pesquisa de inovações como organismos geneticamente modificados (OGMs) que sequestram carbono, a exemplo dos eucaliptos e pinus mencionados pela Ibá, permitirá ao Brasil ser um dos poucos países que ganhará competitividade com uma economia de baixo carbono.

Luan Santos, do CEBDS, concordou com a análise do presidente do Instituto Jardim Botânico. Para ele, é certo que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), tratarão, em sua discussão, de mudanças climáticas, no padrão de consumo e no modelo de desenvolvimento atual. Desta forma, deve haver discussão sobre o papel do setor privado nesse contexto. Como as empresas podem contribuir para a redução das emissões de carbono? Para Santos, a precificação do carbono é um importante passo nesse sentido e gera a seguinte indagação: como criar oportunidades de negócio nesse sistema? Segundo ele, não é mais tempo de debater se haverá ou não mudança climática ou no consumo, mas como se comportar em um ambiente já modificado.

No painel “Infraestrutura e Logística: reduzir custos e elevar a competitividade das exportações”, a primeira palestra, do professor Paulo Resende, Fundação Dom Cabral (FDC), abordou os principais gargalos do setor. Segundo ele, o Brasil, quando comparado à Rússia, Índia, China e África do Sul – países que formam os BRICS – é o único que não se encontra entre os 40 melhores do ranking em eficiência logística. Na verdade, o Brasil está posicionado em 86^a, perdendo inclusive para países da América Latina. A principal causa é a ausência de investimentos e a ineficiência pública na gestão dos recursos.

Resende citou o paradoxo que a economia brasileira enfrenta: o histórico é de crescimento do consumo interno dos produtos nacionais, acompanhado pelo aumento das exportações versus a pou-

ca oferta de infraestrutura de transportes. A redução dos custos operacionais e a maior eficiência da logística exigem a melhoria do nível de serviço nas rodovias brasileiras e maior agilidade nos processos de concessões rodoviárias e ferroviárias, especialmente nas fronteiras agrícolas.

Demais soluções, segundo o professor da FDC, configuram-se na integração entre os operadores de transporte, com ênfase na multimodalidade e na consolidação do Operador Multimodal de Transportes (OTM). Essa prática, em resumo, compreende a complementariedade entre os modais em um único contrato, promovendo agilidade e menor *transit time*, e, conseqüentemente, reduz o custo de transporte em até 47%. Por último, Resende recomendou a consolidação da navegação da cabotagem e a racionalização do uso dos portos para a exportação, com a aceleração da definição das poligonais (áreas de influência do porto).

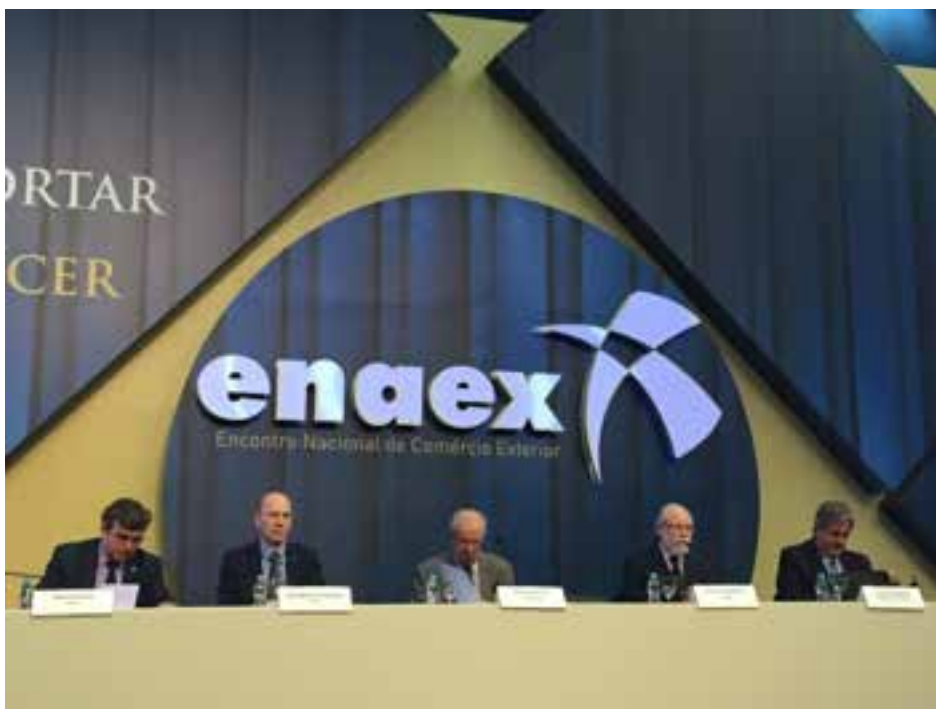
Outra palestra que merece destaque é a do diretor-geral da Agência de Transportes Aquaviários (Antaq), Alberto Tokarski. A Lei 12.815/2013, também conhecida como Lei dos Portos, promoveu a abertura dos portos à iniciativa privada. Ao eliminar a diferença entre o conceito de carga própria e de terceiros, já permitiu, desde a sua edição, a autorização de 57 contratos e 6 termos aditivos para ampliação e alteração de perfil de carga, que juntos somam investimentos de R\$ 13 bilhões.

Tokarski pontuou que são 183 instalações portuárias, sendo 156 Terminais de Uso Privado (TUP), 35 Estações de Transbordo de Cargas (ETC) e duas instalações Portuárias de Turismo (IPT). Boa parte encontra-se na região Norte (33% ou 61 instalações) e na região Sudeste (32% ou 58 instalações). Outros 62 processos de outorga de autorização apresentam-se na fase de andamento, com anúncio público em curso e investimentos privados de R\$ 7 bilhões. Para o diretor da Antaq, poderiam ser 100 novos terminais, porém a burocracia, principalmente na liberação por parte Tribunal de Contas da União (TCU), tem retardado o processo de autorização.

Em relação à logística no comércio exterior, na reunião dos membros dos Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs), sobre o tema “CAP: prioridades logísticas”,

a discussão esteve voltada à importância de se devolver ao CAP a atribuição de órgão deliberativo e não consultivo, como determina a Lei 12.815/2013. Atualmente, a representatividade é composta majoritariamente por entidades governamentais, como observado pelo diretor da Antaq, Mário Povia. Antes da Lei dos Portos, o CAP era responsável pela administração, fiscalização, planejamento e a

promoção da melhoria da eficiência qualitativa e quantitativa do porto. A antiga configuração permitia maior autonomia na tomada das decisões e de maneira mais democrática, uma vez que era formado por representantes de todos os segmentos da atividade portuária, agrupados em quatro blocos: poder público, operadores portuários, trabalhadores e usuários dos portos.



Painel “Infraestrutura e Logística: reduzir custos e elevar a competitividade das exportações”. Da esquerda para a direita: Mario Povia (Antaq), Adalberto Tokarski (Antaq), Jovelino Pires (AEB), Aluísio Sobreira (AEB) e José Furian Filho (Correios). Foto: Elisangela Pereira Lopes (CNA)

Durante o ENAEX, os participantes tiveram a oportunidade de participar de workshops e puderam conhecer novos instrumentos disponíveis para a disponibilização de informações sobre comércio exterior. Neste sentido, os representantes do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) apresentaram a estrutura de divulgação dos dados de comércio exterior brasileiro e a plataforma elaborada pelo MDIC, o Comex Vis. Estatísticas são importantes ferramentas para o produtor agropecuário que exporta ou deseja entender como se comporta o mercado internacional para produtos brasileiros.

Números obtidos na ferramenta mostram que entre janeiro e novembro de 2016 o Brasil exportou US\$ 153,1 bilhões para o mundo, sendo o agronegócio responsável por quase metade desse valor. Em termos de saldo comercial – expor-

tações menos importações – a balança comercial brasileira seria negativa sem os bons resultados do setor. As informações demonstram a importância do agronegócio para as contas externas do Brasil. Além disso, as exportações geram oportunidades para o produtor ao diversificar o destino de sua produção para outros países. Deste modo, é possível obter ganhos com diferentes produtos e preços, ao depender menos do mercado doméstico.

O Comex Vis, lançado em julho deste ano, contribui para a análise do mercado ao permitir a visualização interativa das estatísticas de comércio exterior do Brasil, sendo possível navegar e interagir com gráficos e informações das exportações e importações. Além do acesso por computador, as consultas podem ser realizadas em smartphones e tablets (<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisti->

cas-de-comercio-exterior/comex-vis).

Está disponível a série histórica, de 1997 a 2016, com dados sobre o Brasil ou por estado, blocos comerciais ou por

continente, e países parceiros. Também é possível fazer recorte por país, produto e período, e, ainda, verificar valores e percentuais, traçar comparativos, entre outras facilidades. É possível, ainda,

confrontar as exportações do país com as das Unidades de Federação (UFs), verificar a participação estadual nas vendas externas do país e a sua posição no *ranking* dos exportadores.

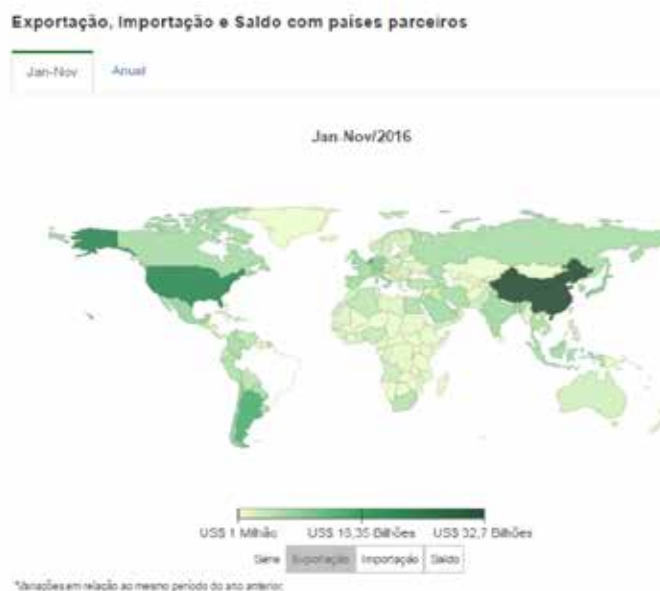


Figura 1 – Visualizações da ferramenta Comex Vis: Balança Comercial do Brasil

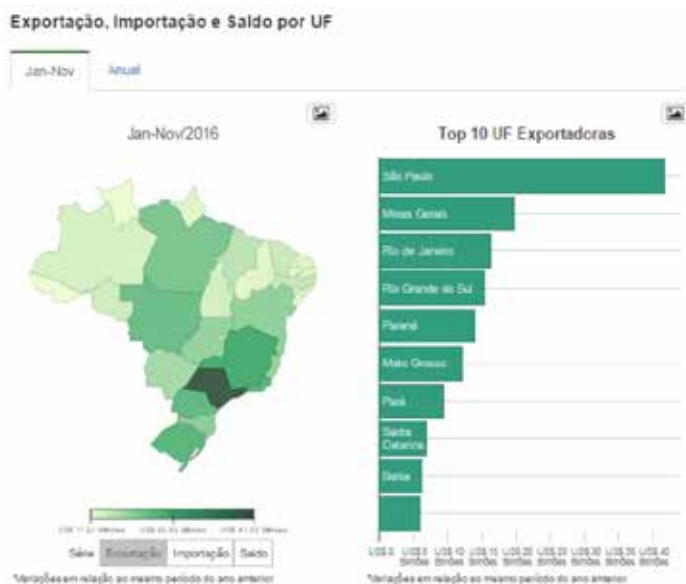


Figura 2 – Visualizações da ferramenta Comex Vis: Balança Comercial do Brasil, por Estado e Produtos Exportados

Fonte: Comex Vis/MDIC

A ferramenta utiliza um sistema de cores para definir categorias, por exemplo, para indicar o tipo de transação (exportação, importação ou saldo) ou fator agregado (produtos básicos, semimanufaturados,

manufaturados ou operações especiais). O Comex Vis está em desenvolvimento e mais funções devem ser adicionadas. A plataforma pode contribuir com o produtor ao fornecer informações sobre a

situação atual e a evolução do comércio exterior brasileiro, sendo importante para a melhor compreensão da posição do Brasil no mercado internacional. 🌱

Elaborado pelos participantes do ENAEX/2016

Elisangela Pereira Lopes – Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura

Gabriela Coser Rivaldo – Superintendência de Relações Internacionais

Layanne Alves Vasconcellos – Superintendência de Relações Internacionais

Pedro Henrique de Souza Netto – Superintendência de Relações Internacionais